



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

ATA

REUNIÃO DE ENCERRAMENTO DE CORREIÇÃO E AUDIÊNCIA PÚBLICA

ZONA ELEITORAL: 46ª e 147ª

MUNICÍPIOS ABRANGIDOS: FOZ DO IGUAÇU e SANTA TEREZINHA DE ITAIPU

REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS: 05 de Junho de 2019, pela equipe da Corregedoria: Clodoaldo Arashiro Oyakawa (SSC), Guilherme Babora Do Carvalhal (CRECAD), Michele Dalla Rosa (SSC), Valquiria Sottomaio (SINC) e Vanessa Piovezan Scholz Bravo (CRECAJ).

LOCAL: Fórum Eleitoral de Foz do Iguaçu

DATA E HORA DA REUNIÃO: 05 de junho de 2019, às 16h00

PRESENTES: Corregedor Regional Eleitoral, Des. Tito Campos de Paula, **Juizes**

Eleitorais: Dra. Danuza Zorzi de Andrade (46ª ZE) e Dra. Juliana Arantes Zanin

Vieira (147ª ZE). **Chefes de Cartório:** Claudinei Zdanski (46ª ZE) e Helen Dias

Friedrich (147ª ZE). **Servidores:** Rejane Karina Toffolo (46ª ZE), Alda Iza

Fontoura (46ª ZE), Jacira de Araujo Campos Chagas (147ª ZE), Nerli Aparecida

Vieira (147ª ZE), Ricardo Florence Teixeira Ferrer (147ª ZE). **Servidores da**

Corregedoria: Mônica Miranda Gama Monteiro, Secretária, Valquiria Sottomaio

(SINC) e Vanessa Piovezan Scholz Bravo (CRECAJ).

Em data, hora e local, acima referidos, em cumprimento à Portaria nº 1/2019-CRE/PR, que determinou a realização de correição extraordinária na Zona Eleitoral já nominada, realizou-se reunião de encerramento dos trabalhos de correição, presidida pelo Excelentíssimo Senhor Corregedor Regional Eleitoral, Desembargador Tito Campos de Paula, com os presentes supra mencionados. O Senhor Corregedor iniciou a Reunião comentando ser gratificante retornar à cidade de Foz do Iguaçu pela qual fez uma rápida passagem (2 meses) durante a carreira e lamentou a perda de duas zonas eleitorais no município de Foz do Iguaçu no período de rezoneamento em 2017. Discorreu sobre a finalidade da correição que é primordialmente a de orientação (*instruir para não punir*) e, quando constatados eventuais equívocos, a de propor medidas educativas e preventivas, destacando a importância do contato pessoal do Corregedor com os Juizes Eleitorais e servidores, como meio de colher eventuais sugestões e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

ATA

2

críticas voltadas ao aperfeiçoamento dos serviços eleitorais, da sua qualidade e transparência, além de promover a união de esforços com foco na resolução de problemas que se apresentem. Relatou a política da gestão do TRE para 2019, tais como: **[1]** Liberdade com responsabilidade, como forma de atuação dos servidores, de modo a se evitar reclamações e suas consequências; **[2]** humanização das relações interpessoais e sobre a importância de cultivá-la entre Juiz e Servidores, a fim de promover a confiança nas relações e valorização das pessoas, estimulando a cooperação e o bom desenvolvimento do trabalho em equipe. Nesse ponto, citou resolução recentemente aprovada no TRE que busca a valorização do servidor que se aposenta; **[3]** a desburocratização; **[4]** a valorização do exercício da cidadania, principalmente entre os jovens, como meta para a Justiça Eleitoral, relacionando-o ao exercício da soberania, da qual nasce o direito ao voto direto, secreto e universal. Citou os projetos da Escola Judiciária Eleitoral, Parlamento Jovem, Eleitor do Futuro e Segurança do Processo Eleitoral, como incentivo ao exercício da cidadania e destacou a necessidade de as zonas eleitorais manterem equilíbrio na nomeação de professores como mesários, ainda que sejam voluntários, de modo a evitar a nomeação de professores de uma única escola, evitando que os alunos fiquem sem aulas por ausência de professor que usufrui folgas compensatórias dos dias trabalhados em eleição. Na sequência, passou a palavra à Secretária, Mônica Miranda Gama Monteiro, a qual enfatizou que os trabalhos de verificação dos serviços nas zonas acima nominadas realizaram-se com fundamento em roteiro previamente estabelecido, cujo relatório será oportunamente encaminhado ao Juiz Eleitoral. Frisou que a correição como etapa da atuação fiscalizatória da Corregedoria possui viés eminentemente preventivo, dissociado do papel punitivo, e tem por fim aperfeiçoar os processos de trabalho. Após elogiar a organização e o trabalho realizado na zona, pontuou as incidências mais ocorrentes nas correições, respectivamente às atividades processuais e do cadastro eleitoral, dando destaque às últimas, face ao seu impacto na quitação eleitoral e devido a essas informações se interligarem a outros sistemas da Justiça Eleitoral a exemplo do candidaturas. A Secretária ainda enfatizou a necessidade do zelo no andamento processual, evitando a paralisação dos processos e a inversão em ritos processuais ou a duplicidade de intimações. Destacou também a importância do comparecimento do Juiz



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

ATA

3

Eleitoral ao Cartório para acompanhar as atividades, propiciar o convívio e gerar relação de confiança entre magistrado e servidores, com vistas à integração da equipe e principalmente visando ao melhor desenvolvimento dos trabalhos no período eleitoral. Noticiou, ainda, a implementação do Processo Judicial Eletrônico-PJE nas Zonas Eleitorais até novembro próximo e o monitoramento que está sendo feito no ponto/frequência dos servidores (Interior, Capital e Sede) tendo em vista alguns abusos pontuais constatados e que demandarão, por certo, alterações na regulamentação do Banco de Horas a fim de coibi-los. Em seguida, a Coordenadora de Assuntos Judiciários e Correcionais, Vanessa Piovezan Scholz Bravo, falou sobre o que foi verificado durante a correição referente às rotinas cartorárias.

RELATOS, CRÍTICAS E SUGESTÕES APRESENTADOS PELOS PRESENTES:

Aberta a palavra, a **Dra. Juliana** comentou sobre a dificuldade de restabelecer direitos políticos de eleitor, considerando que no Paraná, diferentemente dos demais Estados da federação, existe dicotomia na execução penal, sendo que por decorrência disso, a Vara de Execuções Penais - VEP informa sobre eventual cumprimento da pena privativa de liberdade e a Vara Criminal sobre o acompanhamento e comunicação do cumprimento da pena de multa. Disse ainda que não é comunicado eventual ressarcimento ao erário em crimes contra a administração pública. Sugeriu que haja a interface entre os sistemas Projudi e Infodip, ou a competência ser somente de um dos órgãos, por exemplo, da VEP, o que demandaria a promoção de esforços junto à CGJ. Os servidores **Nerli e Claudinei** solicitaram ASE específico para registrar a quitação de multa de mesário faltoso (078, com motivos específicos) e colocaram-se à disposição para colaborar. O servidor Claudinei entregou exemplar do Jornal Gazeta Diário que, na edição do dia 05/06/19, noticiou a inspeção correicional e a audiência pública com a presença do Corregedor, bem como o projeto da Escola Judiciária do TRE-PR destinado a esclarecer magistrados, servidores e membros da comunidade sobre a segurança do voto eletrônico e promoção da cidadania. A notícia, na íntegra, segue como anexo desta Ata.

ENCERRAMENTO REUNIÃO:

Por fim, foi informado que os relatórios da Correição serão oportunamente encaminhados para a pertinente e devida regularização dos pontos indicados, tendo o Senhor Corregedor se colocado, assim como toda a equipe, à disposição



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

ATA

4

dos Juízes e servidores e encerrado a reunião.

AUDIÊNCIA PÚBLICA:

Na sequência, os presentes já nominados se encaminharam para a Audiência Pública, convocada com a **finalidade** de colher sugestões e críticas dos jurisdicionados do município de Foz do Iguaçu (**EDITAL ANEXO**), notadamente dos representantes dos partidos políticos e das autoridades locais, convidados nominalmente, **com vistas ao aprimoramento dos processos eleitorais e do atendimento à sociedade (eleitores, partidos políticos, candidatos e advogados).**

Juntaram-se aos então presentes: os Promotores Eleitorais, Drs. André Gustavo de Castro Ribeiro e Maria Júlia Berriel Soares Ruiz, os demais servidores e estagiários das zonas eleitorais, o servidor Sergio de Jesus Vieira, o Dr. Osni Machado, Procurador Geral do Município; 1º Tenente QQPM Emerson de Paula da Silva, do 14º Batalhão BPM PMPR; a Presidente e a Vice-Presidente da Comissão de Direito Eleitoral da OAB, Keila Rodrigues Lopes e Camila Schuller Lopes; Francisco Sampaio, Delegado de Polícia Civil e membros de partidos, segundo **LISTA DE PRESENÇA ANEXA**.

A Audiência Pública foi presidida pelo Excelentíssimo Senhor Corregedor Regional Eleitoral, Desembargador Tito Campos de Paula, que iniciou dizendo sentir-se feliz por estar em Foz, na região onde exerceu a magistratura. Destacando a segurança que a Biometria traz, falou que o Paraná, na frente mais uma vez, encontra-se na fase final do recadastramento biométrico, faltando 10% dos eleitores para realizarem o processo. O Corregedor comentou que em Foz do Iguaçu, com quase 200 mil eleitores (176 mil), as Audiências Públicas têm tido bons resultados porque a comunidade se manifesta para fins de aprimorar os processos da Justiça Eleitoral com sugestões, pedidos e reclamações; que o CNJ incentiva a realização de audiências públicas realizadas efetivamente, com edital, ata, lista de presença, e que as respostas às demandas trazidas são oportuna e posteriormente enviadas aos demandantes. Falou também que o Paraná é um dos poucos estados com infraestrutura de Fóruns Eleitorais. Comentou ainda os projetos da EJE, que desenvolve um trabalho voltado para a cidadania, consoante diretriz da Presidência do TRE-PR, acrescentando que o voto é mais poder do que dever, pois é por meio dele que é possível mudar os destinos políticos do país. Citou o Projeto “segurança do voto”, a ser desenvolvido em todas as escolas de nível médio, dizendo que vale



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

ATA

5

a pena investir nessa iniciativa. Por fim, mencionou seu ressentimento pela extinção das Zonas de Foz em 2017, e colocando-se à disposição dos presentes, agradeceu a presença. Aberta a palavra, o Dr. Osni Machado, Procurador do Município, de posse da palavra, disse que o município tem muitos ônus e que pesa muito ceder servidores para o Fórum Eleitoral. Ele acha ser importante ponderar acerca da real necessidade, e que se a demanda fosse menor, seria melhor para todos. Por fim, elogiou e disse que sempre foi bem atendido pelos servidores e juízes eleitorais. A Chefe da 147ª ZE, Helen Friedrich, questionou se o Documento Nacional de Identidade – DNI, vai gerar demandas aos Cartórios. A Secretária Mônica falou sobre o projeto ser do TSE e que tem conhecimento de que está em desenvolvimento. O agente da Polícia Federal, Renato Obikawa Kyosen, falou sobre a paranoia coletiva para se comprovar a fraude nas urnas eletrônicas na última eleição, que acha muito boa a iniciativa da Justiça Eleitoral para demonstrar a segurança da urna eletrônica e aproximar-se da população. Sobre isso, comentou o Desembargador Tito ser impossível retroceder, mencionando as vantagens da votação em urna eletrônica quando comparada à votação em cédula de papel, permitindo que cada cidadão vote apenas uma vez, e de acordo com a sua consciência. Ainda sobre a segurança da votação em urna eletrônica, o Corregedor disse ser importante que a Comunicação Social do Tribunal divulgue respostas com prontidão e celeridade. Após, a Dra. Danuza agradeceu a presença do Corregedor e disse ser importante essa avaliação do trabalho dos Cartórios e a Dra. Juliana endossando essa posição, disse ser bom que o corpo técnico e corregedoria estejam juntos para prevenir erros mediante a orientação, reconhecendo que o *feedback* é muito importante, pois motiva e reconhece o trabalho de toda a Justiça Eleitoral. O Desembargador, com a frase “o caminho se faz ao caminhar”, agradeceu a presença de todos, encerrando a Audiência.

Eu, _____ (Mônica Miranda Gama Monteiro), Secretária da Corregedoria Regional Eleitoral, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Excelentíssimo Senhor Corregedor Regional Eleitoral, Desembargador Tito Campos de Paula.

Desembargador TITO CAMPOS DE PAULA
Corregedor Regional Eleitoral



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
ATA